

ABERTURA

Senhora Secretária de Estado

Senhores Dirigentes e Participantes

Agradeço, em primeiro lugar, a todos os que puderam aceitar o nosso convite.

Gostaria de situar este seminário, que consubstancia o resultado de um trabalho de quase um ano de preparação de uma recomendação que o Conselho está a elaborar relativamente à educação de crianças que têm necessidades específicas. Este Parecer nasceu de um estudo que foi encomendado ao Professor Joaquim Bairrão Ruivo já há bastante tempo, aliás, ainda pelo Senhor Ministro enquanto Presidente do Conselho Nacional de Educação, e que depois foi objecto de análise e alargado numa perspectiva mais ampla das escolas inclusivas. O Conselho constituiu, para o efeito, um grupo de peritos e de pessoas que no terreno conhecem a situação actual, analisou também as medidas que têm vindo a ser tomadas pelo próprio Ministério e consultou instituições que mais de perto e no terreno procuram dar resposta às necessidades educativas especiais de crianças e jovens. Este seminário tem como objectivo pôr em comum, em debate, em diálogo, diferentes perspectivas e pontos de vista. Temos tido a preocupação de, através do Conselho, procurar dar voz ou tornar presentes algumas áreas educativas, alguns grupos para quem a educação se dirige e que são, digamos, minoritários de poder. O grupo de quem necessita de cuidados educativos especiais não poderá deixar de ser acolhido e ouvidas as suas pretensões, as suas necessidades. Não poderão deixar de ser acolhidos também na preocupação que nos orienta de fazer chegar a educação a todos, numa perspectiva de justiça.

Quero agradecer primeiro à senhora Secretária de Estado que, com a sua presença, sublinha o interesse deste nosso esforço, e solicitar as suas palavras no sentido de enquadrar também esta nossa preocupação numa linha que sabemos ser de prioridade no Ministério da Educação. Muito obrigada, Senhora Secretária de Estado.

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Teresa Ambrósio

Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação

Senhores Conselheiros

Todos os convidados e participantes neste seminário

É com muito gosto que estou aqui mais uma vez nesta actividade intensa que o Conselho Nacional de Educação tem desenvolvido, agora em torno de um tema que, talvez possamos dizer, constitui um dos indicadores de democratização dum sistema educativo: a atenção e a qualidade da resposta que se assegura a alunos, como é politicamente correcto dizer, com necessidades educativas especiais. É com certeza uma das áreas, um dos domínios, em que os desafios são mais fortes, mais delicados e mais difíceis de conseguir.

Temos, e porque na organização deste seminário está previsto hoje à tarde um momento com os departamentos do Ministério da Educação, temos, dizia eu, prestado uma atenção grande a este tema, com avanços que naturalmente hoje à tarde serão apresentados, com dificuldades que se prendem com problemas que têm as nossas escolas e o nosso sistema educativo, e com um problema que, esse talvez, mas os especialistas melhor do que eu dirão, seja característico de situações como a nossa em que há ainda muitas dificuldades que se prendem, não apenas com os alunos com necessidades educativas especiais, mas com a construção de uma escola que assegure aprendizagens de qualidade. Esse problema consiste num certo deslizar de conceitos em que a determinada altura, nas escolas, não se percebe muito bem de que públicos se fala quando se fala de crianças com necessidades educativas especiais. E isto porque quando os professores não são capazes, pelas razões mais diversas, de encontrar as respostas adequadas a cada criança, naturalmente que um dos caminhos que se lhes apresenta é dizer: esta criança tem necessidades educativas especiais. Como uma vez se referia num trabalho: “porque eu tenho dificuldades especiais com esta criança”. E portanto há aqui, de certo modo, um círculo que se cria e que por vezes tem que ser muito clarificado.

NOTA: Texto não corrigido pela autora.

Aquilo que eu gostava de vos dizer é que uma escola inclusiva é uma escola capaz de dar as respostas adequadas a todas estas crianças, em função das suas necessidades e não apenas respostas tipo, respostas uniformes.

Uma escola inclusiva capaz de trabalhar com todas as diferenças e, por isso, com uma atenção particular às crianças e aos jovens que têm necessidades educativas especiais, não podemos vê-la, naturalmente, desligada das questões de fundo do nosso sistema educativo. Houve uma certa confusão com o que eram situações de exclusão e o que eram situações do chamado “ensino especial”. O ensino será todo “especial” no sentido em que tem que ser adequado aos diversos públicos e eu penso sinceramente que se deram passos importantes para conseguir uma escola capaz da diferenciação pedagógica. E será no quadro da diferenciação pedagógica que, sem complexos, sem medo de excluir, por um lado, de marginalizar, ou também de fingir que se inclui aqueles que não é possível incluir, com respostas que são, como tantas vezes dissemos, para o aluno médio, respostas construídas mais a partir de quem responde do que de quem pergunta, que podemos hoje, e apenas vos dou dois ou três exemplos, estar mais confiantes de que também os alunos com necessidades educativas especiais terão cada vez mais as respostas adequadas.

Naturalmente que uma das medidas que eu queria aqui referir é a autonomia e gestão das escolas. As escolas são cada vez mais co-responsáveis pela utilização dos seus recursos, pela elaboração do seu projecto educativo, com maior liberdade para determinarem quais são os seus objectivos e como é que vão utilizar os recursos de que dispõem em função dos públicos e dos contextos em questão, sem aquilo que marcou durante decénios as nossas escolas, que era fingirmos (acho que é essa palavra) que as escolas eram todas iguais, que havia respostas uniformes e que aquilo que estava num texto de lei era passado à prática da mesma maneira em todo o lado. Sabíamos que não era assim, que as escolas eram profundamente desiguais, pelas mais diversas razões, desde o corpo docente às condições físicas, ao equipamento, ao contexto socio-cultural e económico em que a escola se inscrevia. Portanto, hoje vivemos este avanço de uma muito maior participação social na escola, porque as assembleias de escola têm, passam a ter, a presença dos pais, dos autarcas, das associações culturais, económicas duma região, dum território, porque também aqui se fala de agrupamentos de escolas, quando são escolas pequenas, ou de agrupamentos que permitem termos hoje desde a educação pré-escolar ao 3.º ciclo do ensino básico a trabalhar em con-

junto, de maneira a atenuar as passagens entre ciclos que também constituem um problema. O diploma da autonomia e gestão permite realmente ultrapassar alguns bloqueios que também para os alunos com necessidades educativas especiais têm sido negativos.

A outra medida de política que está em construção e que com certeza vamos ter ocasião de debater aqui no Conselho Nacional de Educação, porque é um processo que vai ser forçosamente longo e muito participado (só participado é que ele pode ser construído), é o processo da revisão curricular que neste momento já se pode designar como gestão curricular flexível. Ou seja, no quadro da autonomia, as escolas vão ter liberdade curricular, dentro de parâmetros que estamos neste momento a ensaiar. As escolas vão poder organizar-se para melhor qualidade do trabalho pedagógico e, portanto, vão poder gerir com muito maior liberdade do que hoje acontece, um currículo, os saberes disciplinares, as áreas de articulação disciplinar, os momentos de apoio aos alunos, quer esse apoio seja nos métodos de estudo, na procura de informação, enfim, nas mais diversas áreas em que as escolas considerem que esse apoio deve ser desenvolvido. Temos, neste momento, umas dezenas de escolas que estão a ensaiar essa gestão curricular flexível, processo que nunca vivemos e que naturalmente tem os seus pontos críticos e as suas dificuldades, mas que nos parece ser o único caminho para que possamos assegurar, por um lado, um currículo nacional, porque há saberes, há áreas de conhecimento que são absolutamente imprescindíveis, que ninguém questiona e que têm que estar presentes em todas as escolas, mas que, por outro lado, as escolas possam elaborar os seus projectos educativos, ter em conta as necessidades educativas, eu não diria especiais, diria de todos, inclusive as necessidades educativas designadas como especiais dos eventualmente mais diferentes que precisam duma atenção, dum percurso, dum currículo, dum enquadramento, dum apoio, dum tipo de trabalho distinto daquilo que se considerava ser a norma. As escolas vão poder organizar-se num processo, como eu referi, lento, gradual, acompanhado, que tem que ser muito apoiado, em termos de materiais, de formação, de debate, de avaliação conjunta com quem vive este processo, porque é (acreditamos nós) o único caminho para ultrapassar uma escola presa de mecanismos que herdámos. Quando hoje se fala de novas tecnologias, de outras linguagens, de outras exigências que a sociedade e a própria relação com o trabalho formulam, a escola, para ser capaz de responder a todos estes desafios, não pode ser a escola que nós conhecemos há vinte ou trinta anos,

espartilhada em disciplinas, as mesmas horas para todos, os mesmos programas, eventualmente, nalguns casos, diria mesmo na maioria dos casos, entendidos como um espartilho que comanda um trabalho pedagógico quando não manda o manual para o qual foi transposto esse programa ou esses programas.

E, portanto, nós estamos aqui a ensaiar respostas novas, exigentes, difíceis, polémicas por vezes. Temos trabalhado com muitos parceiros, nomeadamente com as associações científicas. Aqui mesmo no Conselho tivemos ocasião de participar em painéis sobre: o que é que a escola deve ensinar, quais são hoje as prioridades da escola, com pessoas de várias áreas profissionais, culturais, económicas, enfim, um trabalho que será, penso eu, publicado e que vai ser com certeza muito interessante, numa perspectiva de irmos trabalhando com aquilo de que dispomos, com a realidade, como ela é, como aliás diz aqui: a escola que temos. Mas, para avançar para essa escola que queremos, naturalmente que é preciso constantemente preparar caminho, ensaiar novos caminhos.

Portanto, eu penso, e fico-me por estes dois exemplos, porque são porventura as duas medidas estruturais mais relevantes para o tema de hoje, que, em torno da organização das escolas e da sua gestão e dos instrumentos de que começam a dispor e vão dispor cada vez mais, do ponto de vista pedagógico temos melhores condições. Vem a propósito porque foi ontem o dia dos cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e que foi também decidido como o dia nacional a partir de agora, aliás no sentido duma orientação das Nações Unidas. Mas dizia eu que temos de assegurar a todas as crianças, a todos os jovens, nomeadamente àqueles mais desmunidos ou que pelas suas características têm mais dificuldade em se integrar nas instituições tal como elas foram pensadas para uma norma relativamente abstracta e que é produtora de exclusão, nomeadamente exclusão cultural, social, melhores condições para que a educação, que é um direito de todos, um bem público que não pode ser só de alguns, a educação, a cultura, o conhecimento, o saber sejam um direito, mas um direito na prática de todas as crianças e de todos os jovens.

Acho que este é um seminário muito interessante e com certeza os especialistas que aqui vejo, pessoas que há muitos anos trabalham sobre este tema, os departamentos do Ministério da Educação e as instituições que

foram contactadas, de todos, nomeadamente do trabalho que hoje aqui é apresentado sob forma de publicação, de todos sairão propostas que vão com certeza enriquecer os caminhos que também nós, do ponto de vista das políticas estruturais e sectoriais, procuramos seguir. Terão com certeza, à tarde, mais informações sobre o modo como temos conduzido o trabalho nesta área. Com certeza sairemos todos mais enriquecidos e considero que é um contributo muito importante que o Conselho Nacional de Educação dá a este tema e a esta área e ficamos sempre muito felizes todos quando temas menos mediáticos ou menos fortes são objecto da atenção, do interesse e da análise de tantas pessoas que têm propostas e contributos a dar. Muito obrigada e bom trabalho.

Secretária de Estado da Educação e da Inovação

Ana Benavente

